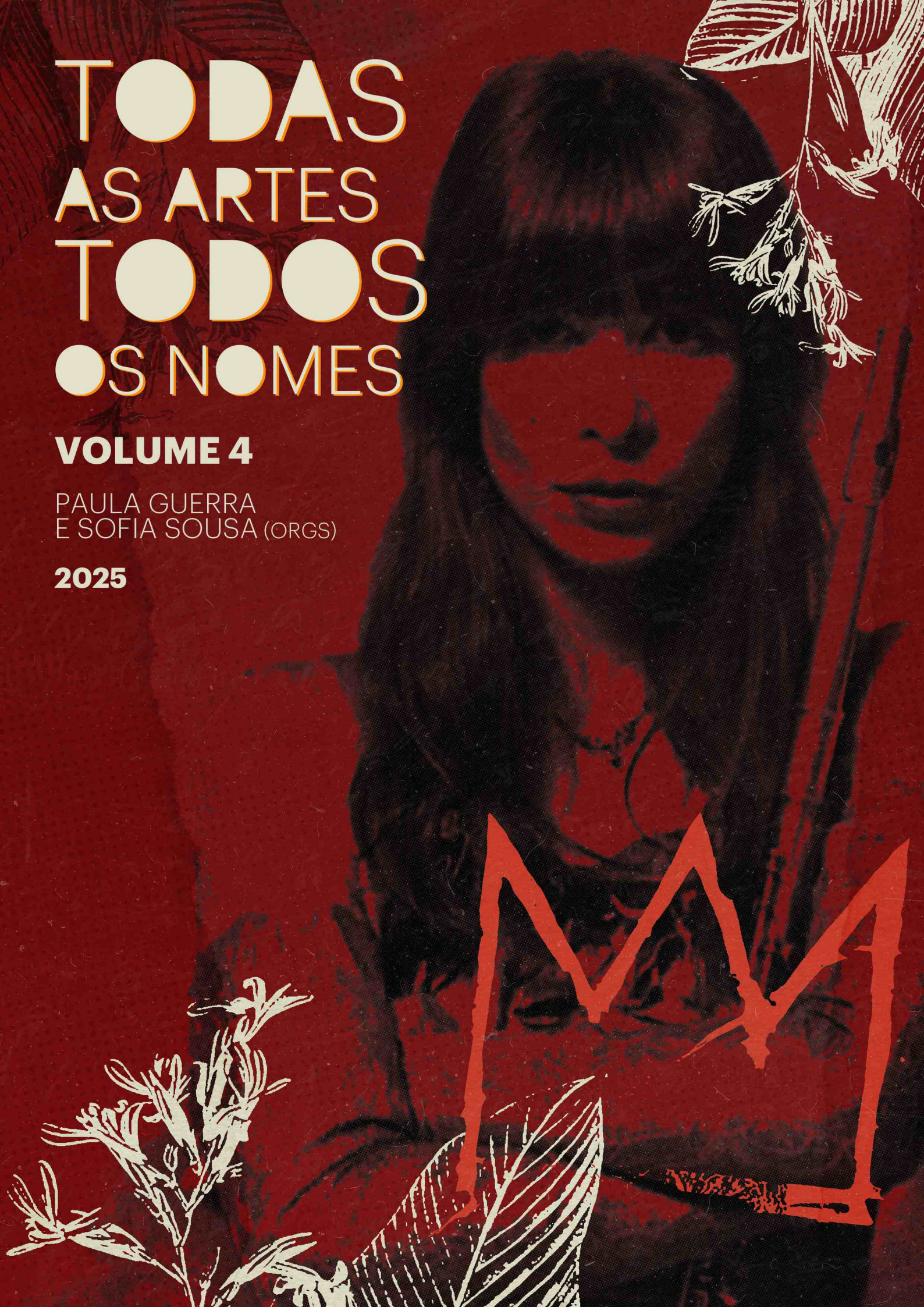


TODAS AS ARTES TODOS OS NOMES

VOLUME 4

PAULA GUERRA
E SOFIA SOUSA (ORGS)

2025





~~Todas as Artes
são os Nomes~~

CAPÍTULO 22



ARTE E NATUREZA EM OPOSIÇÃO A PRETEXTO DA CRISE CLIMÁTICA

ART AND NATURE IN OPPOSITION TO THE PRETEXT OF THE CLIMATE CRISIS

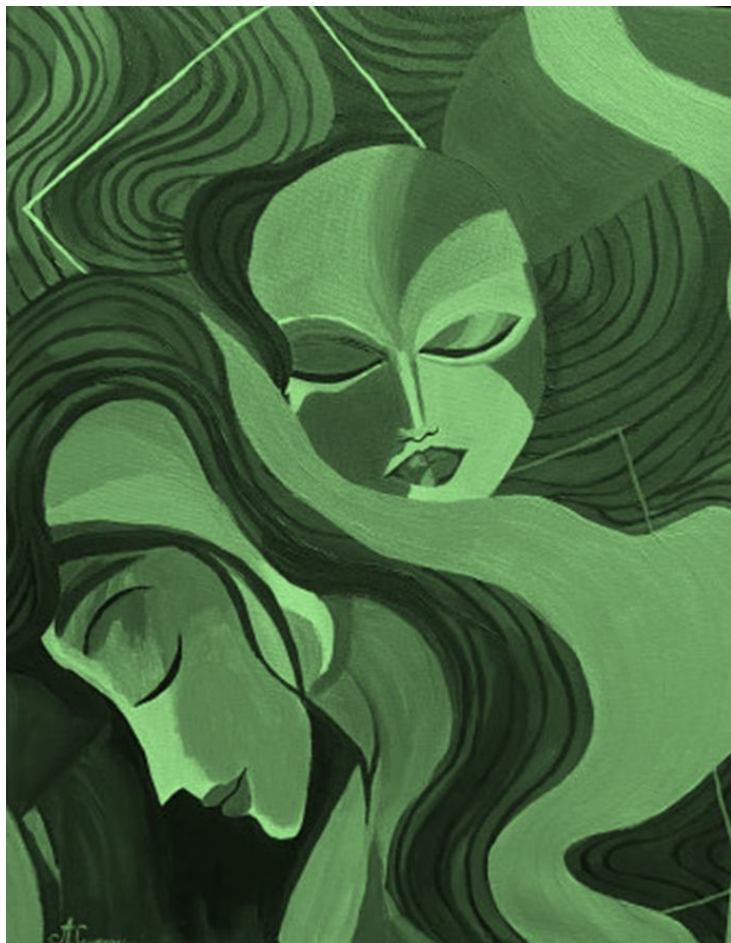
Rui Sousa Basto, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

Resumo

Nos últimos anos, alguns museus europeus têm sido palco de ações disruptivas por jovens ativistas que denunciam as causas antropogénicas da crise climática. Tinta negra, sopa de tomate ou puré de batata foram arremessados a obras-primas de Goya, da Vinci e Monet, entre outros. Os ativistas optaram pela desobediência civil, argumentando que os canais formais de comunicação com os representantes do poder político e económico estão esgotados. No entanto, as autoridades têm classificado estas ações como atos de desobediência criminal. Estaremos, assim, perante uma guerra entre a geração que enfrenta o apocalipse anunciado e os decisores de cabelos grisalhos que, em aparente estado de acrasia coletiva em relação às alterações climáticas, não estarão presentes para prestar contas? Serão moralmente justificáveis as ações que vandalizam obras-de-arte em nome do protesto climático? É legítimo exigir aos jovens ativistas que continuem a observar os limites da não-violência?

Palavras-chave: acrasia coletiva, ativismo climático, arte e natureza, desobediência civil, violência e não-violência.





Abstract

In recent years, some European museums have been the scene of disruptive actions by young activists who denounce the anthropogenic causes of the climate crisis. Black paint, tomato soup, and mashed potatoes have been thrown at masterpieces by Goya, da Vinci, Monet, among others. The activists have opted for civil disobedience, arguing that formal channels of communication with political and economic power representatives have been exhausted. However, the authorities have classified these actions as acts of criminal disobedience. Are we thus facing a war between the generation confronting the announced apocalypse and the grey-haired decision-makers who, in an apparent state of collective inaction regarding climate change, will not be present to be held accountable? Will actions that vandalize works of art in the name of climate

protest be morally justifiable? Is it legitimate to demand that young activists continue to observe the limits of non-violence?

Keywords: collective akrasia, climate activism, art and nature, civil disobedience, violence and non-violence.

1. Introdução

Este artigo tem 10 secções. Na secção 1 evocamos o equívoco da promessa do Iluminismo que nos trouxe à época cultural do Antropoceno. Na secção 2 recordamos Henry David Thoreau, pelo seu papel de naturalista praticante e atitude de desobediência civil ou objeção de consciência a leis que considerava injustas. Na secção 3 resumimos as principais narrativas do Antropoceno, sublinhando a criticidade do desafio ético-político que a humanidade enfrenta e justifica o sentimento de angústia que perpassa pelas gerações mais novas. Na secção 4 introduzimos o conceito de akrasia coletiva em relação às alterações climáticas, bem como a insatisfação dos jovens ativistas do clima que se sentem traídos pelas gerações mais velhas que estão no poder. Na secção 5 ensaiamos a possibilidade de ser criada uma ética da esperança para enfrentar os desafios ecológicos atuais. Na secção 6 centramo-nos nas ações de desobediência civil que ocorrem em museus e galerias de arte, referindo algumas das mais significativas. Na secção 7 introduzimos a questão da violência em ações de desobediência civil, recordando exemplos que ficaram inscritos na História. Na secção 8 discutimos se as ações violentas dos ativistas radicais são moralmente aceitáveis. Na secção 9 apresentamos cinco razões que, no nosso entendimento, legitimam as ações dos ativistas radicais. Na secção 10, por fim, resumimos a nossa tese de que poderá não haver outra opção para combater as alterações climáticas, senão através do uso da violência.

2. Da promessa do Iluminismo ao Antropoceno

N' *A Invenção do Dia Claro* (1921), Almada Negreiros, Poeta d'Orpheu Futurista e Tudo escreveu o seguinte fragmento de poema: “Quando eu nasci, as frases que hão-de salvar a humanidade já estavam todas escritas, só faltava uma coisa — salvar a humanidade.” (Basto, 2022). O genial modernista português estava longe de imaginar que estes seus versos se aplicariam literalmente, cem anos depois, às circunstâncias dramáticas que hoje ameaçam a vida humana e não humana de Gaia. Essas ameaças estão inscritas no Antropoceno, o baú sem fundo onde cabem todas as preocupações humanas resultantes do facto da nossa espécie se ter convertido numa força telúrica capaz de modificar substancialmente as condições de funcionamento do sistema-Terra (Basto, 2022).

No iluminismo, a humanidade ter-se-á equivocado na sua pretensão de se separar da Natureza, ignorando que é parte intrínseca dela. Convenceu-se de que seria possível dominá-la em proveito próprio. Deixou-se enlevar pela promessa de que se tornara exequível compreender inteiramente os fenómenos naturais à luz da ciência e da tecnologia. Por isso explorou a Terra-mãe até às últimas consequências – e persiste nessa exploração, apesar dos sucessivos avisos da comunidade científica, hoje unânime sobre as causas antropogénicas das alterações climáticas.

Essa visão providencialista da História colheu a unanimidade do pensamento filosófico e político de então e permaneceu intacta no século seguinte, beneficiando da concordância de diversas correntes ideológicas, desde os liberais até aos marxistas. Vingou ainda durante o século XX, onde a ideia de bem-estar e felicidade, inflamada pela sociedade de consumo que entretanto surgira, se encontrava associada a cada novo dispositivo tecnológico lançado no mercado. Neste contexto, o Antropoceno atuou como a luz amarela de um semáforo de trânsito, avisando que seria impossível crescer infinitamente num planeta finito.

O surgimento crescente de eventos climáticos extremos é uma evidência de que a emergência climática se tem vindo a agudizar. A maior parte dos investigadores identifica três causas principais para explicar as ameaças constitutivas do Antropoceno: o excesso de população mundial, que deveria ser uma quarta parte do que é hoje; o modelo económico capitalista, que exige crescimento infinito num planeta finito; e o desenvolvimento tecnológico, cuja natureza apolítica se tornou inquestionável, quase uma teologia da modernidade (Basto, 2022). Assim, sobrepopulação, capitalismo e tecnologia parecem ser as variáveis que comprometem o bom funcionamento do sistema-Terra, desenhando um triângulo fatal para a humanidade, onde cada variável depende e influencia as outras num sistema dinâmico e interdependente.

3. Thoreau: a voz crítica de um literato visionário insubmisso

Ao longo do tempo foram surgindo vozes críticas da promessa do iluminismo, algumas delas da literatura, poesia e outras artes. Uma dessas vozes, ainda no século XIX, foi a de Henry David Thoreau, que deixou na sua obra literária e poética críticas à industrialização e ao capitalismo e apelos à desobediência civil (Thoreau, 2021). Thoreau influenciou poetas como Wendell Berry, ativistas como Mahatma Gandhi e Martin Luther King, o movimento artístico *beat*, a filosofia *hippie* das décadas de 1960-70 e as principais correntes ecológicas e ambientais.

Thoreau foi poeta, ensaísta, abolicionista, objetor de consciência, filósofo, agricultor, mas essencialmente naturalista, crítico do desenvolvimento técnico e tecnológico desenfreado proporcionado pela revolução industrial. A obra que veio revelar o pensamento naturalista de Thoreau é *Walden ou a Vida nos Bosques*, um verdadeiro manifesto a favor da Natureza e da liberdade. Inspirado em leituras sobre filosofia oriental confucionista e na influência que recebera do ensaísta, poeta e filósofo estadunidense Ralph Waldo Emerson, Thoreau decidiu passar uma temporada na floresta, de cerca de dois anos e meio, nas margens do lago Walden, onde construiu uma casa com as suas próprias mãos e passou a viver como um estoico. São dele estas palavras:

A maior parte dos luxos e muitos dos chamados confortos da vida são não apenas indispensáveis, mas entraves positivos à elevação da humanidade. A respeito dos luxos e dos confortos, os mais sábios sempre levaram uma vida mais simples e frugal que os pobres. Os filósofos ancestrais, chineses, indianos, persas e gregos, formavam a classe mais pobre de todas em riquezas exteriores e a mais rica no interior (Thoreau, 2021, p.41).

Para Thoreau, o desenvolvimento tecnológico teria de ser objeto de reflexão. Se assim não fosse, as pessoas tornar-se-iam escravas do progresso e da produtividade. Esta ideia seria retomada no século XX por Hans Jonas, aluno de Heidegger e discípulo de Rudolf Bultman. Jonas afirmava que a tecnociência e a concepção antropocêntrica da ética moderna haviam substituído o *homo sapiens* pelo *homo faber* e fizeram-no sem o reconhecimento dos direitos próprios da Natureza (Bolson, 2013). Para Jonas, tal como para Thoreau, a Natureza possui um fim em si mesmo. Mais tarde, o grupo de pensadores da Escola de Frankfurt e os filósofos pós-modernos foram críticos ferozes das implicações da tecnologia e da cultura de consumo na sociedade industrial. (Brey, 2012).

Thoreau e Emerson, entre outros escritores e escritoras como Bronson Alcott e Margaret Fuller, pertenciam ao Transcendentalismo, um movimento filosófico, literário e espiritual inspirado nas ideias do romantismo europeu e das filosofias orientais, que enfatizava a bondade inerente da humanidade e da Natureza, valorizando a experiência e a intuição. Os transcendentalistas acreditavam que a fonte de conhecimento e sabedoria se encontrava no interior de cada pessoa, que a Natureza era uma manifestação do divino e criticavam a sociedade industrial capitalista, defendendo uma vida de simplicidade, na procura de uma existência mais autêntica e harmoniosa (Thoreau, 2021).

Thoreau rejeitou completamente, tanto na teoria quanto na prática, o consumismo exacerbado da sua época e a dependência dos avanços técnicos e tecnológicos, alegando que substituíam valores humanos que ele considerava fundamentais, como a autossuficiência, a simplicidade e o vínculo à Natureza: «Caminho com uma liberdade estranha na Natureza, como parte dela» (Thoreau, 2021, p. 193), afirmou o poeta. O futuro viria a dar-lhe razão, porque o consumismo é um dos fétiches da sociedade atual, ávida de novidades, principalmente de artefactos tecnológicos.

O sociólogo Zygmunt Bauman considera a febre consumista um sinal da identidade dos indivíduos. Para Bauman, as pessoas tendem a definir as suas identidades através dos bens que possuem e consomem, em vez de construírem relacionamentos duradouros. As próprias relações interpessoais são tratadas como produtos, sendo escolhidas aquelas que geram mais satisfação imediata, mesmo que após algum tempo, como tantas vezes sucede, possam vir a ser descartáveis. Para o sociólogo polaco, o consumismo é uma forma de controlo social que serve para desviar a atenção das pessoas para as questões que realmente importam, como a injustiça social, as desigualdades e as crises ambientais (Bauman, 2012), tal como Thoreau de certa forma previra. O escritor norte-americano foi um precursor dos cuidados que os seres humanos devem à Natureza, um visionário que antecipou as discussões sobre o antropocentrismo que viriam a suceder um século mais tarde e que hoje se mantêm atuais.

4. Narrativas do Antropoceno: do Éden ao Apocalipse

As reflexões, análises e estudos realizados pelos investigadores sobre o Antropoceno recorrem a narrativas para simplificar o conteúdo das mensagens que pretendem transmitir, facilitando o processo de comunicação. No caso da crise climática, várias narrativas e arranjos de narrativas têm emergido na literatura. A narrativa composta de múltiplas camadas de Rolf Lidskog (2015), as narrativas socioecológicas identificadas por Maristella Svampa (2018) e o "cardápio de narrativas" de Christophe Bonneuil (2015) são exemplos disso.

Entre essa multiplicidade de narrativas, cada uma com os seus matizes e tonalidades, destacam-se duas que ocupam extremos opostos: a naturalista, dos cientistas da natureza, defensores do desenvolvimento sustentável, da monitorização do sistema-Terra e das tecnologias verdes; e a ecocatastrofista, daqueles que advogam mudanças radicais do modo de vida atual, através de alterações profundas aos padrões de consumo e produção, como a eliminação do consumo de combustíveis fósseis, argumentando que é impossível crescer infinitamente num planeta finito (Bonneuil, 2015).

Há, todavia, uma terceira narrativa, designada pós-naturalista, que é herdeira da promessa iluminista e tem vindo a ganhar terreno no seio da comunidade científica, colhendo o entusiasmo das grandes empresas produtoras e consumidoras de carbono. Para Basto (2022, p. 41):

A narrativa pós-naturalista compartilha o pensamento naturalista, mas radicaliza-o, anunciando o Antropoceno como um evento bem-vindo e como o fim da própria natureza. Os pós-naturalistas defendem a separação clara entre o ser humano e a natureza (...) e [a Humanidade] deve servir-se dela como sempre tem feito – agora até mais intensamente – em direção a um Bom Antropoceno, que eles acham não apenas possível, mas também desejável.

De acordo com o filósofo alemão Sloterdijk (2019), o conceito de Antropoceno só adquire real significado dentro de uma lógica apocalíptica. A humanidade precisa imaginar as consequências futuras da crise climática para poder elaborar uma narrativa que só poderá ser construída com uma forte componente moral. Será necessário, assim, prever com realismo o que poderá vir a suceder, e essa tarefa caberá aos apocalípticos experientes, capazes de fazerem os piores prognósticos. Desta vez, porém, insiste Sloterdijk (2019) não poderemos evoluir “à custa dos danos” (p.99), porque no caso das alterações climáticas será tarde demais.

Numa trajetória que alguns autores já classificam de ecocídio, o economista ecológico William E. Rees espanta-se por ninguém ouvir o clamor dos cientistas sobre os excessos da mão humana no planeta, incluindo os principais meios de comunicação social (Rees, 2023). Para o investigador canadiano, o problema poderá estar na incompetência cognitiva do *homo sapiens*, porque ainda opera com um cérebro essencialmente paleolítico que tende a pensar em termos de relação causa-efeito imediata, respondendo aos problemas de forma simplista. Este modo cognitivo – acrescenta – embora tenha sido adequado ao tempo pré-agrícola, não estará adaptado ao atual contexto acelerado de mudança característica do mundo moderno e à complexidade do Antropoceno (p. 5).

É neste cenário que surgem os ativistas climáticos, quase sempre jovens, que não desejam viver num mundo mais quente, ameaçado por eventos climáticos extremos. Crentes nos modelos de previsão divulgados pelos cientistas, eles sabem que essa ameaça será intensificada nas próximas décadas, ao longo das suas próprias vidas. E queixam-se de que as gerações mais velhas, sentadas em lugares de poder, são incapazes de agir como eles gostariam que agissem, o que lhes levanta a suspeita que procedem dessa maneira porque daqui a algumas décadas já não estarão cá para prestar contas.

5. Ativismo climático e Acrasia coletiva

Estudos recentes têm demonstrado que a inação climática dos decisores de cabelos grisalhos tem afetado a saúde dos jovens um pouco por todo o mundo, causando um novo quadro psicológico de tristeza, raiva e impotência, que os especialistas denominam por “ansiedade climática” (Hickman, 2021). Os jovens sentem-se traídos pelas gerações mais velhas que estão no poder e confessam-se impotentes por não poderem influenciar o seu futuro. Alguns ativistas jovens, mais pessimistas, admitem que já é tarde para reverter os danos antropogénicos, e dizem que só resta à humanidade adiar o apocalipse. Outros creem que a salvação ainda será possível, embora não tenham alguma receita mágica que possam exibir, exceto a convicção de que é preciso interromper a queima de combustíveis fósseis e o desejo de regressar à zona de conforto de um espaço operacional seguro para a humanidade (Raworth, 2017).

Nas suas ações de protesto, os jovens ativistas avisam que as políticas extrativistas estão a contribuir para que a breve trecho seja alcançado o ponto de não retorno pela ultrapassagem dos limites planetários estabelecidos pela ciência. Por isso, não aceitam que os decisores políticos e económicos se abstenham de fazer o que eles acham que deve ser feito para combater a crise climática. Acusam-nos de se limitarem a assinar acordos e a fazer promessas cujos resultados anódinos estão à vista de todos. Responsabilizam-nos diretamente por inação climática deliberada. Os jovens ativistas garantem que tentaram fazer ouvir a sua voz de forma institucional, mas que foram ignorados. Afirmam que se esgotaram os canais de comunicação formais com os representantes do poder político e

económico. E acrescentam que não lhes resta mais nada, senão o protesto nas ruas, dirigindo as suas ações de desobediência civil a instituições governamentais e a grandes empresas produtoras ou consumidoras de carbono. Fazem-no pela simples razão de saberem que os decisores políticos e empresariais conhecem bem os efeitos nefastos do extrativismo desgovernado, porque essa informação está disponível na comunicação social, nas redes sociais, na literatura científica e em muitos outros lugares para quem a quiser conhecer. Não há desculpas, portanto.

Ora, se é assim como dizem, se os responsáveis políticos e económicos têm pleno conhecimento das consequências da sua inação climática e se ao mesmo tempo abdicam de tomar as iniciativas que são necessárias, optando por medidas paliativas inúteis, então podemos suspeitar que se encontram num estado generalizado de acrasia coletiva. Se aqueles que têm poder de decisão sabem que o agravamento da crise climática é hoje uma certeza, e se, apesar desse conhecimento, decidem agir contra o seu melhor juízo sobre o que é correto, isso significa que estão a agir acriticamente, que se comportam em sentido inverso ao que a racionalidade determina.

6. Por uma nova ética da esperança

Talvez só uma nova ordem mundial baseada no estabelecimento de uma extensa e complexa rede de relações jurídico-políticas aceite por todos os países do planeta pudesse salvar o que ainda pode ser salvo. A avaliar pelas convulsões internacionais que têm sucedido nos quatro cantos do mundo, trata-se de uma utopia, como é evidente, mas neste planeta tão distópico que conhecemos, no qual a vida humana parece valer coisa nenhuma, é necessário ter pensamentos utópicos para não perder a esperança. Como o filósofo alemão Sloterdijk (2019) sugeriu, talvez seja necessário constituir uma cidadania da Terra, onde os seres humanos se reuniram sob o lema da batalha que o poeta Friedrich Grabbe lançou em 1836: “Já só o desespero nos pode ainda salvar.» (Sloterdijk 2019, p. 106).

Jacob Huber (2023) fala de “Esperança do Desespero” para afirmar que o desespero é necessário para evitar falsas esperanças, para acautelar o “risco inerente de que a esperança degenera em ilusões, complacência ou fixação” (p. 95). O filósofo alemão afirma que dessa maneira será possível alcançar uma nova esperança, não aquela que se baseia na improbabilidade, mas a que assenta na possibilidade, mesmo que remota, de construir um mundo alternativo, vendo as evidências da realidade de “uma forma mais sóbria e menos cor-de-rosa” (p. 89), i.e., mais sintonizada com as circunstâncias reais.

Os ativistas radicais dizem que a esperança é a principal culpada da passividade generalizada em relação às alterações climáticas, e impede uma luta mais eficaz contra o aquecimento global. O ativista climático Derrick Jensen, do coletivo Extinction Rebellion, afirma que “Existe a falsa esperança de que, de repente, o sistema possa mudar inexplicavelmente. Ou a tecnologia nos salvará. Ou seres de Alpha Centauro. Ou Jesus Cristo. Ou o Pai Natal.” E conclui: “Todas as falsas esperanças levam à inação, ou pelo menos à ineficácia” (como citado em Huber, 2023). Esta é uma afirmação forte, que nos leva a suspeitar que a esperança tem vindo a desempenhar um papel ideológico na narrativa ambiental dos representantes do poder político e económico (Huber, 2023).

7. Desobediência civil em museus

É neste contexto que os ativistas radicais se movem quando decidem realizar ações disruptivas de desobediência civil em museus, atacando obras-primas de Da Vinci, Goya, Monet, Van Gogh e outros mestres da pintura com tinta negra, sopa de tomate ou purê de batata, entre outros mimos. Essa ações – é conveniente dizer-se – não causaram danos às obras de arte na esmagadora maioria dos casos (Dolsak, 2023).

Mas nem sempre foi assim. Em 1914, a sufragista Mary Richardson atacou a pintura *Vénus ao Espelho*, de Velasquez, com uma faca de cortar carne, infligindo danos severos à obra do mestre espanhol. A ativista protestava contra a prisão de Emmeline Pankhurst, a líder do movimento sufragista britânico. Mais tarde terá afirmado que queria destruir a mulher mais bonita da história mitológica em retaliação ao que as autoridades haviam feito à sua colega, que ela dizia ser a personagem mais bonita da história moderna. E acrescentou que escolhera aquela obra de Velásquez porque estava indignada com a lascívia que observara nas dezenas de homens que apreciavam a obra, como se uma mulher só pudesse ser apreciada se fosse atraente e expusesse a sua nudez (Cardoso, 2023).

Em novembro de 2023, a *Vénus ao Espelho* foi atacada de novo, mas desta vez por dois militantes do coletivo Just Stop Oil (Jornal de Notícias, 2023). Os jovens danificaram o vidro de proteção da pintura batendo-lhe com um martelo. Depois disso gritaram várias palavras de ordem, tendo começado por dizer que “As mulheres não obtiveram o direito de votar através do voto” (Cardoso, 2023), justificando, assim, o radicalismo da sua ação de desobediência civil e estabelecendo a ponte entre as conquistas dos direitos das mulheres, tantas vezes conseguidas com atos violentos, e a luta atual do ativismo climático.

Um levantamento realizado em 2023 relativo ao ano anterior reportou 38 ações radicais a obras de arte em museus e galerias, principalmente na Europa. O coletivo Just Stop Oil e seus afiliados empreenderam ações em Inglaterra, França, Países Baixos e Noruega. Entre os museus britânicos que foram atacados encontram-se o Kelvingrove Museum, a Courtauld Gallery, a Manchester Art Gallery e a Royal Academy. O coletivo Ultima Generazione e afiliados realizaram ações em Itália, incluindo o Vaticano. O coletivo Letzte Generation atuou nos principais museus e galerias de arte da Alemanha e Áustria. Outros grupos de ativismo climático também foram identificados nesse anos como protagonistas de ações em espaços museológicos, como os coletivos Extinction Rebellion, Futuro Vegetal, Stop Fracking Around e Scientist Rebellion. Nesse levantamento relativo a 2022 ainda foram reportadas algumas ações individuais (Dolsak, 2023).

Outros movimentos sociais, como o Fridays For Future, de caráter internacional, ou o coletivo português Climáximo, também desenvolveram variadas ações de desobediência civil, mas não têm privilegiado a arte como alvo ou pretextos dessas ações. As suas intervenções têm consistido, entre outras, na interrupção do trânsito de ruas movimentadas, na pintura de *slogans* ambientalistas nas fachadas de sedes partidárias, na colocação de faixas com palavras de ordem em edifícios emblemáticos, entre outras iniciativas. Embora exibam algum radicalismo, alguns destes movimentos correm o risco de virem a ser absorvidos pelo *mainstream*, como é o caso do Fridays For Future, inspirado na iniciativa de Greta Thunberg, que em 20 de agosto de 2018, com apenas 15 anos de idade, decidiu fazer greve às aulas em todas as sextas-feiras do ano letivo (Thunberg, 2018). O Fridays For Future é hoje um movimento internacional de ação climática que aceitou as regras do jogo das democracias liberais, como se percebe pelos convites mundiais que a sua líder recebe para

participar nos fora mundiais. Sucedeu em Davos, onde Greta fez acusações graves à plateia, culpando-a pela crise e inação climáticas, mas paradoxalmente recebeu efusivos aplausos no final do seu discurso. E tem vindo a acontecer pelos prémios que são concedidos ao movimento, como a designação de “Campeão da Terra na categoria Inspiração e Ação por seu papel em destacar os efeitos devastadores das mudanças climáticas” (UNEP, 2019), atribuída pelo PNUMA, da ONU, sobejamente difundidos pelos *media*.

A comunicação social desempenha um papel determinante na construção de narrativas que influenciam o olhar dos cidadãos sobre os movimentos sociais. Sabendo disso, os ativistas tornaram-se *mediacêntricos*. Precisam da comunicação social para publicitarem as suas causas. Sabem que quanto mais disruptivas forem as ações que empreenderem, maior será a probabilidade de captar a atenção dos jornais, da rádio e da televisão. Todavia, confrontam-se com a dificuldade de escolha entre as mensagens que querem fazer passar – duras e tantas vezes apocalípticas – e o discurso politicamente correto que lhes poderia garantir, em princípio, uma cobertura noticiosa mais favorável.

Recordemos o caso de Banksy, que não é propriamente um ativista climático, mas um artista enigmático que nunca deu a cara, mas ganhou notoriedade internacional com intervenções artísticas no espaço público que inicialmente foram consideradas de natureza criminosa, mas que passaram a ser valorizadas como arte graças à cobertura noticiosa dos *media* e das redes sociais. Um dos primeiros trabalhos de Banksy, em Bristol, que cobria mais de 7 metros de muro, foi tapado pelas autoridades com uma espessa camada de tinta preta. Só depois da comunicação social ter feito notícia disso (sublinhando a qualidade inegável das suas intervenções), é que as autoridades de Bristol se aperceberam que Banksy poderia constituir uma fonte valiosa de receitas. Depois disso, o Conselho Municipal de Bristol assumiu o erro, determinando a preservação das obras do autor espalhadas pela cidade. Alguns anos depois, em 2018, quando Banksy já se tornara internacionalmente conhecido, a Christie’s leiloou a reprodução em tela do famoso mural da menina a deixar fugir um balão vermelho em forma de coração. Logo após ter sido arrematada por 1 milhão de libras, a obra deslizou para fora da moldura, autodestruindo-se. A reprodução foi cortada em tiras até sensivelmente a sua metade. Mais tarde, Banksy postaria no *Instagram* um filme sobre o mecanismo que havia usado para cortar a tela. O filme incluía uma frase habitualmente atribuída ao anarquista russo Mikhail Bakunin, que terá dito que o desejo de destruir também é um impulso criativo.

8. Violência e não-violência

Para Scheuerman (2019), das quatro grandes concepções de desobediência civil, ou seja: a religiosa-espiritual (Gandhi e King), a liberal (Rawls, Dworkin), a democrática (Arendt e Habermas) e a anarquista (Gelderloos e outros anarquistas filosóficos modernos) – apenas esta última admite a legitimidade da violência. Todas as outras concepções confinam as ações de desobediência civil aos limites da fidelidade ao Direito, à exigência da não-violência e à aceitação, pelos agentes desobedientes, da possibilidade de serem punidos criminalmente.

Todavia, talvez seja oportuno recordar que muitos dos direitos de que os cidadãos usufruem hoje, como o direito à negociação coletiva, o direito das mulheres ao voto ou o direito à greve, resultaram de processos de desobediência civil organizados, onde os ativistas usaram algumas vezes métodos violentos, por muito que isso custe aos pacifistas. Na verdade, os adeptos da não-violência parecem subestimar os atos violentos que acompanharam os

exemplos que costumam exibir em defesa da não-violência. Por sua vez, os críticos dos adeptos da não-violência argumentam que a narrativa pacifista desses acontecimentos constitui uma manipulação da História.

A luta armada esteve sempre presente na Índia de Gandhi contra o colonialismo britânico e nos EUA de Martin Luther King pelo reconhecimento dos direitos civis dos afroamericanos (Gelderloos, 2007). Nenhum desses movimentos foi exclusivamente pacifista, como acabaram por ficar para a história, porque se algum deles não tivesse recorrido a algum grau de violência, os seus objetivos nunca teriam sido alcançados. Na Índia, o movimento pacifista foi acompanhado pela luta armada de muitos indianos, como foi o caso dos líderes revolucionários Chandrasekhar Azad e Bhagat Singh, cujas ações de resistência causaram amargos de boca ao império britânico (Gelderloos, 2007). Nos EUA, a par das grandes manifestações pacifistas promovidas pela organização de King, os militantes do Partido dos Panteras Negras, da República Nova África, do Exército de Libertação Negra e de outras organizações extremistas realizaram ações violentas (Gelderloos, 2007). Para além destes exemplos, inscritos deliberadamente na memória coletiva como manifestações pacifistas, houve outros acontecimentos históricos que só tiveram sucesso à custa de alguma violência, como foi o caso da luta das sufragistas, como já referimos.

9. A moralidade do ativismo climático radical

Chegados a este ponto, a questão que parece pertinente é a de saber se as ações dos jovens ativistas climáticos são moralmente aceitáveis, apesar de serem violentas e de causarem danos à propriedade. Começemos por analisar se o ativismo climático radical ou disruptivo é antidemocrático.

Garcia-Gibson (2023) divide os protestos climáticos em persuasivos e coercivos, embora admita que ambos possam ocorrer simultaneamente. O filósofo argentino afirma que os protestos persuasivos são democráticos, porque os ativistas procuram convencer as pessoas das suas razões através da argumentação. Os protestos coercivos, por seu turno, são antidemocráticos, na medida em que causam danos a terceiros e infringem alguns dos seus direitos básicos. No entanto, apesar da sua natureza antidemocrática, o autor considera que certos protestos coercivos são moralmente justificáveis, porque “podem contribuir para prevenir centenas de milhões de mortes”. Assim, o direito à democracia passaria para segundo plano em ordem de importância.

Há, todavia, outros argumentos para justificar a desobediência civil e algum grau de violência nas ações de protesto. Para Robin Celikates (2021), é “vital revigorar o que resta das energias políticas anárquicas da esfera pública” por quem não pode fazer ouvir a sua voz do ponto de vista institucional. O professor de filosofia social afirma que algumas decisões dos governos podem ser moralmente contestáveis e originar protestos legítimos, como é o caso de “ir à guerra, construir centrais nucleares ou [o caso que nos interessa] ignorar as alterações climáticas.” Em casos extremos, o filósofo alemão admite a possibilidade de os ativistas poderem agir com violência, desde que seja autocontida. Além disso, acha implausível que os ativistas desobedientes aceitem de bom grado a punição criminal a que estão sujeitos, tal como sucede hoje nos países de matriz liberal (Celikates, 2021).

10. Justificação moral do ativismo climático nos museus

Resta-nos fazer a pergunta essencial: as ações disruptivas perpetradas em espaços museológicos que ameaçam vandalizar obras-primas dos grandes mestres da pintura a pretexto da crise climática são moralmente justificáveis? Julgamos que sim. Em primeiro lugar, há uma clara inércia deliberativa dos responsáveis políticos, apenas preocupados com o curto-prazo. Os avisos sucessivos dos cientistas sobre a catástrofe anunciada têm sido ignorados pelos decisores políticos e económicos, que anunciam o desenvolvimento sustentável, eufemismo do sistema capitalista, como a única via para regressarmos ao Holoceno. Mas se é desenvolvimento, não é sustentável: e se é sustentável, não é desenvolvimento (Latouche, 2012).

Em segundo lugar, os ativistas climáticos têm de mediatizar o protesto para conquistar a opinião pública, porque os canais de comunicação formais com os decisores estão esgotados. Em terceiro lugar, quando a ocorrência de fenómenos climáticos extremos for banal, e vivermos num planeta mais quente, os atuais responsáveis de cabelos grisalhos já não estarão cá para responderem perante as vítimas. Em quarto lugar, as primeiras vítimas serão os mais desfavorecidos, estejam aonde estiverem. Em quinto lugar, os ativistas radicais têm sido autocontidos nas suas ações disruptivas, evitando danificar as obras de arte, pois só querem fazer passar a sua mensagem de alerta. Resta saber se estas ações são eficazes.

11. Conclusões

Se admitirmos que o estado de acrasia coletiva vai persistir no comportamento dos agentes políticos, económicos e financeiros e na população em geral – o que parece provável, tendo em conta o incumprimento generalizado dos acordos internacionais sobre o clima e a apatia da sociedade civil – as ações disruptivas dos ativistas climáticos em qualquer espaço público, incluindo museus e galerias de arte, podem ser moralmente justificáveis.

Os ativistas não são vândalos, que querem deliberadamente provocar estragos no património artístico que, em certa medida, é pertença da humanidade, da qual eles também são parte. Se quisessem fazê-lo, nada os teria impedido. Pelo contrário, tiveram o cuidado de não comprometer a integridade das obras que ameaçavam vandalizar, mas que apenas serviram de pretexto para a sua causa de obter cobertura nos meios de comunicação social e nas redes sociais. O que os ativistas climáticos pretendem é visibilidade, convencidos de que dessa forma conseguirão ganhar a simpatia dos cidadãos comuns.



Contudo, os cidadãos comuns também dão sinais de apatia (ou mesmo acrasia) em relação às alterações climáticas, comportamento que tem razões explicativas, mas cuja discussão não cabe neste texto. Com essa atitude – em relação à qual algum anônimo terá dito com fino sentido de humor que os cidadãos e as famílias estão mais preocupados com o fim do mês do que com o fim do mundo – não parece que as ações dos ativistas consiga ganhar a simpatia da sociedade civil para a causa climática, principalmente quando os cidadãos se sentem prejudicados pelos protestos que interferem no seu dia-a-dia. Pode suceder, até, que alguns cidadãos reajam de forma violenta, como sucedeu em Lisboa durante o bloqueio de uma estrada pelo coletivo Climáximo, no qual um motorista indignado arrastou violentamente até à berma da estrada um ativista que estava sentado no asfalto, para que assim pudesse passar com a sua viatura. Cidadãos como esse, no entanto, já não reagem da mesma forma às greves que também os prejudicam, como as dos transportes públicos, por exemplo. Quando muito lamentam a greve, mas em privado, pois quando são interpelados em público acham que é um direito que assiste aos trabalhadores, uma exigência de um Estado democrático.

Quanto à questão do uso da violência, que na concepção *weberiana* é monopólio do Estado, não sabemos se algum dia a população gravemente afetada pelos eventos climáticos extremos que têm vindo a ser anunciados, já crente da emergência de agir rápida e drasticamente, suportará por muito mais tempo a acrasia coletiva que grassa nos agentes que detêm o poder. Se isso vier a suceder, a população, de forma caótica ou organizada, poderá aumentar a intensidade dos seus protestos até um nível que se tornará ingovernável. Nesse momento, já não estaremos a falar do direito à desobediência civil, mas do direito à revolução.

Resta-nos acreditar que surja em breve uma nova ética da esperança, tanto no sentido teológico quanto secular do termo, mas que seja uma esperança transformadora ao ponto de poder criar a cosmovisão de que a humanidade necessita e para a qual a Arte – em capitular maiúscula e nas suas múltiplas expressões – poderá contribuir decisivamente.

Referências Bibliográficas

Basto, R. S. (2022). *A singularidade humana do Antropoceno*. Edições Húmus.

Bauman, Z. (2012). *Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria* (C. A. Medeiros, Trad.) [e-book]. Zahar.

Bolson, S. (2013). A dimensão filosófico-jurídica da equidade intergeracional: Reflexões sobre as obras de Hans Jonas e Edith Brown Weiss. *Revista Jus Navigandi*, 3575. <https://jus.com.br/artigos/24189>

Bonneuil, C. (2015). The geological turn: Narratives of the Anthropocene. In C. Hamilton, F. Gemenne, & C. Bonneuil (Eds.), *The Anthropocene and the global environmental crisis: Rethinking modernity in a new epoch* (2ª ed., pp. 15–31). Routledge.

Brey, P. (2012). Well-being in philosophy, psychology and economics. In P. Brey, A. Briggie, & E. Spence (Eds.), *The good life in a technological age* (pp. 15–34). Routledge.

Cardoso, J. A. (2023, 6 de novembro). Pintura e duas causas: Por que ativistas do clima visaram Vénus e a sufragista rasgou-a. *Público*. <https://www.publico.pt/2023/11/06/culturaipsilon/noticia/pintura-duas-causas-ativistas-clima-visam-venus-sufragista-rasgou-2069223>

Celikates, R., & Lima, B. N. (2022). O potencial democratizante da desobediência civil. *[Des]troços: Revista de Pensamento Radical*, 3(1), 138–152. <https://doi.org/10.53981/destroos.v3i1.39896>

Dolsak, N. (2023). *Museum-related climate activism 2022 (V1)* [Data set]. Harvard Dataverse. <https://doi.org/10.7910/DVN/SAYIJ5>

Garcia–Gibson, F. (2021). *Undemocratic climate protests*. *Journal of Applied Philosophy*. <https://doi.org/10.1111/japp.12548>

Gelderloos, P. (2012). *How nonviolence protects the state* (2nd ed.). <https://zinelibrary.info>

Hickman, C., et al. (2021). Climate anxiety in children and young people and their beliefs about government responses to climate change: A global survey. *The Lancet Planetary Health*, 5(12), e863–e873. [https://doi.org/10.1016/S2542-5196\(21\)00278-3](https://doi.org/10.1016/S2542-5196(21)00278-3)

Huber, J. (2023). Hope from despair. *The Journal of Political Philosophy*, 31(1), 80–101. <https://doi.org/10.1111/jopp.12272>

Jornal de Notícias. (2023, 6 de novembro). *Ativistas climáticos detidos por atacarem obra de Velázquez*. <https://www.jn.pt/5858091686/ativistas-climaticos-detidos-por-atacarem-obra-de-velazquez>

Latouche, S. (2012). *Pequeno tratado do decrescimento sereno* (V. Silva, Trad.). Edições 70.

Lidskog, R., Mol, A., & Oosterveer, P. (2015). Towards a global environmental sociology? Legacies, trends and future directions. *Current Sociology*, 63, 339–368. <https://doi.org/10.1177/0011392114543537>

Raworth, K. (2017). *Doughnut economics: Seven ways to think like a 21st-century economist*. Random House Business Books.

Rees, W. E. (2023). *The human ecology of overshoot: Why a major ‘population correction’ is inevitable*. *World*, 509–527.

Scheuerman, W. E. (2019). *Desobediência civil* (I. Riaño de Hoz, Trad.). Aliança Editorial.

Sloterdijk, P. (2019). O Antropoceno – Estado de um processo à margem da história da Terra? In J. Ribeiro Mendes & B. Sylla (Orgs.), *Tecnofilosofia líquida: Anders, Blumenberg e Sloterdijk* (pp. 89–100). Centro de Ética, Política e Sociedade.

Svampa, M. (2018). Imágenes del fin. Narrativas de la crisis socioecológica en el Antropoceno. *Nueva Sociedad*, 278, 151–164. https://nuso.org/media/articles/downloads/EN_Svampa_278.pdf

Thoreau, H. D. (2021). *Walden e sobre o dever da desobediência civil* [livro eletrônico] (M. Della Valle, Trad.). Planeta.

Thunberg, G. (2019). *A nossa casa está a arder* (M. J. Ferro & F. Guerra, Trans.). Editorial Presença.

UNEP. (2019, 2 de outubro). *Fridays for Future Movement - Inspiration and Action*. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. <https://www.unep.org/championsofearth/laureates/2019/fridays-future-movement?%2Fpt-br%2Flaureates%2F2019%2Fmovimento-fridays-future>

Rui Sousa Basto, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

E-mail: ruibasto@oxys.pt





